

MILITARIZAÇÃO ESCOLAR E A FALÁCIA DA ESCOLHA

Fernando Cássio

Universidade de São Paulo | Faculdade de Educação

fernandocassio@usp.br

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A pretexto de rebater as críticas do campo educacional, os defensores da militarização de escolas públicas costumam se aferrar a uma lógica de mercadorização (Carnoy, 1993; Lubienski, 2006) para afirmar que as escolas militarizadas derivam tão somente em um modelo escolar alternativo e à escolha das famílias nas redes públicas – o que tornaria as escolas militarizadas equivalentes, por exemplo, às escolas de tempo integral. Embora se saiba que nem as escolas de tempo integral (e certamente as militarizadas) não são acessíveis por todos os estudantes (Giroto; Cássio, 2018; Cássio, 2025), a hipótese da “escolha escolar” ainda não foi testada para as escolas militarizadas. Outro argumento bastante corriqueiro e pouco problematizado no debate político sobre a militarização é o de que ela seria um fenômeno marginal na educação brasileira, já que, em face das mais de 102.637 escolas de educação básica públicas de Ensino Fundamental e Médio existentes no país (Censo Escolar 2025, Inep), uma quantidade excessivamente pequena de unidades teria sido militarizada.

A maior parte da produção acadêmica sobre militarização escolar no Brasil está focalizada em analisar: 1) violações de direitos individuais a partir da implantação de programas de militarização de escolas públicas (p. ex.: Alves; Santos; Bordín, 2023); 2) ao impactos da militarização nas práticas escolares e no trabalho de professores (p. ex.: Santos, 2021); e 3) processos de implantação de programas em estudos regionais.

Devido à falta de dados sistematizados das escolas efetivamente militarizadas no país, estudos sobre os impactos da militarização no funcionamento das redes escolares, sobretudo municipais, ainda não foram realizados. Recentemente, concluímos o levantamento de uma base de dados nacional de escolas com a atuação cotidiana de militares no Brasil, contendo informações sobre a localização dessas escolas, as

corporações dos militares envolvidos, as formas de contratação e remuneração desses profissionais, a existência de processos seletivos discentes e/ou reserva de vagas para dependentes de militares e toda a legislação que cria e regula o funcionamento dos programas de militarização municipais e estaduais.

Isso vem permitindo cruzar informações das escolas militarizadas com bases de dados como as do Censo Escolar e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Nesta comunicação de pesquisa, apresentamos os primeiros resultados do cruzamento da base de dados levantada por nós com indicadores de matrícula por etapa/ciclo do Censo Escolar 2025, com vistas a analisar os impactos da militarização escolar nas matrículas disponíveis para os Ensinos Fundamental e Médio nos municípios brasileiros e testar a hipótese de que a militarização escolar instituiria uma subrede de ensino acessível aos estudantes mediante a escolha das famílias.

METODOLOGIA

O estudo cruzou a base de dados nacional de escolas com atuação cotidiana de militares no Brasil desenvolvida Cássio (2025) com os dados do Censo Escolar 2025 do Inep. A partir disso, foram calculadas as proporções de escolas/matrículas militarizadas para cada município e etapa da educação básica. Complementarmente, os dados do Censo Escolar foram utilizados para delinear o quadro atual de municipalização do Ensino Fundamental no país, com o fito de dimensionar os impactos diferenciais da militarização escolar nas matrículas dos Anos Iniciais e dos Anos Finais do Ensino Fundamental em estados e municípios. Por fim, as estimativas populacionais para os 5.571 municípios do país, apuradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, ref. 1º jul. 2025), foram utilizadas para mapear os efeitos da militarização escolar nas capitais e em pequenos municípios.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Até o final de março de 2026, foram identificados 860 municípios com escolas militarizadas no Brasil (15,4% do total de municípios), totalizando 1.556 unidades

escolares, sendo 1.039 (66,8%) delas estaduais, 487 (31,3%) municipais e 30 (1,9%) privadas. Com relação ao total de matrículas públicas militarizadas no país, foram identificadas 85.915 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (0,73% do total), 574.157 nos Anos Finais (6,1% do total) e 259.526 no Ensino Médio (4,1% do total).

Nota-se, desde já, um volume global expressivo de matrículas públicas militarizadas, em particular nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Contudo, a distribuição dessas matrículas é sabidamente inomogênea (Cássio, 2025), o que significa que os impactos da militarização serão maiores em determinadas regiões. Considerando a oferta compartilhada do Ensino Fundamental entre estados e municípios (Constituição Federal de 1988, Art. 211, § 2º, § 3º), veremos que os efeitos da militarização serão mais pronunciados nos Anos Iniciais ou nos Anos Finais a depender do quadro geral da municipalização dessa etapa nos estados (Figura 1).

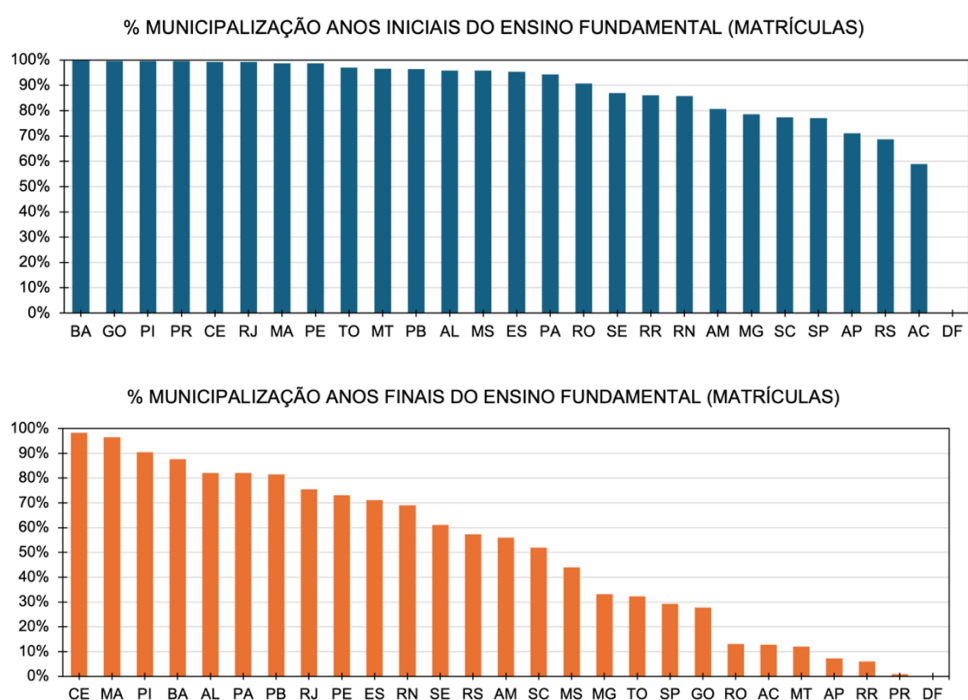


Figura 1. Taxas de municipalização de matrículas (%) do Ensino Fundamental em 2025, por UF.

Fonte: Censo Escolar 2025 (Inep)

A Tabela 1 apresenta o número de municípios em quatro faixas percentuais de militarização de matrículas, destacando-se as situações extremas de 74 municípios do país que possuem 100% de suas matrículas públicas militarizadas em ao menos uma etapa/ciclo da educação básica, sendo 9 municípios com todas as matrículas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental militarizadas, 27 municípios com a totalidade das matrículas dos Anos Finais e 38 com 100% das matrículas do Ensino Médio em escolas militarizadas. Isso significa que, nesses municípios, não há qualquer possibilidade de escolha para as famílias que desejarem matricular crianças e adolescentes em escolas não militarizadas. Para além dos casos extremos, a Tabela 1 informa que 321 municípios no país possuem mais de 50% das matrículas militarizadas em ao menos uma etapa/ciclo – situação que contrasta com o caráter de alegada excepcionalidade da presença de militares em atividades administrativas e pedagógicas em escolas públicas.

Tabela 1. Número de municípios em cada faixa de militarização de matrículas públicas* em 2026, por etapa/ciclo da educação básica.

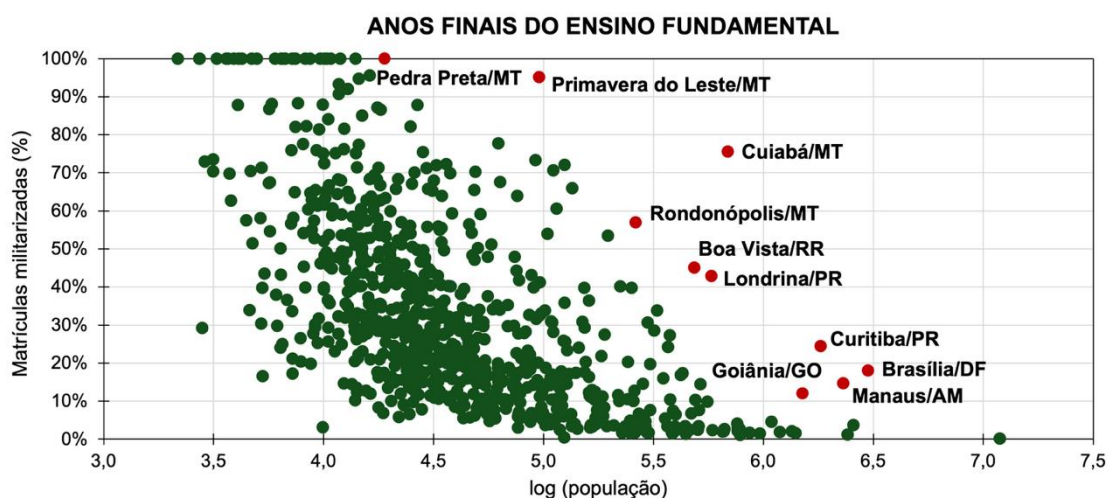
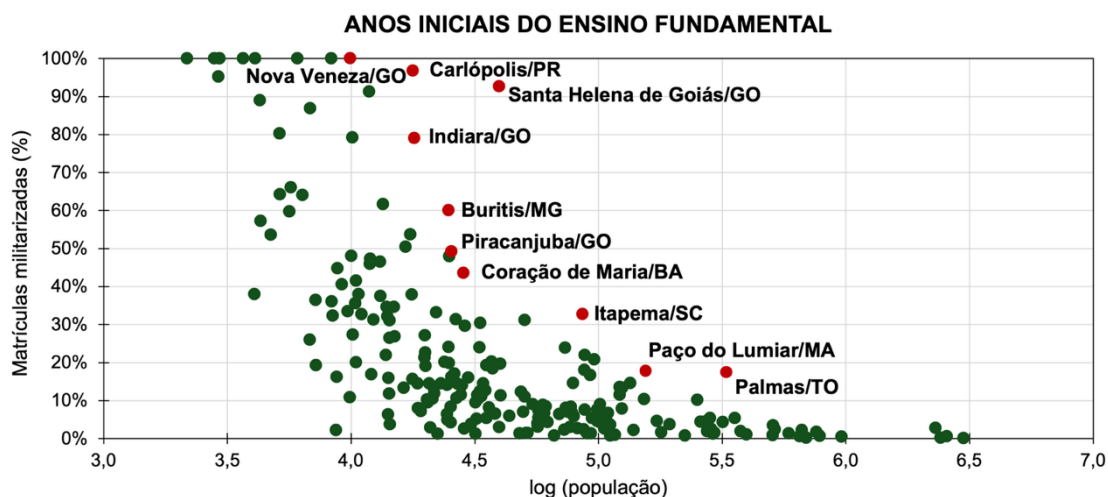
Fonte: Base de dados construída na pesquisa (ref. 30 mar. 2026) e Censo Escolar 2025 (Inep)

Militarização de matrículas (%)	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	n	%	n	%	n	%
0%–24,9%	156	70,9%	365	45,9%	265	52,8%
25%–49,9%	36	16,4%	249	31,3%	126	25,1%
50%–74,9%	10	4,5%	123	15,5%	50	10,0%
75%–100%	18	8,2%	59	7,4%	61	12,2%
Total	220	100,0%	796	100,0%	502	100,0%

*Inclui matrículas municipais, estaduais e federais.

Impactos mais elevados da militarização são obviamente esperados nos pequenos municípios com um número proporcionalmente menor de escolas (Figura 2). No entanto, também nos municípios maiores – e inclusive nas capitais – o grande volume de escolas

estaduais militarizadas implica uma forte militarização das matrículas, ressaltando-se o caso extremo da cidade de Cuiabá/MT, que atualmente possui 75,5% e 71,8% das matrículas públicas (incluindo federais, estaduais e municipais) dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, respectivamente, em escolas militarizadas. Isto é, não há virtualmente opções de escolas para a maioria das famílias e estudantes que não desejem se submeter aos modelos de militarização escolar vigentes naquele município. O mesmo pode ser observado em diversas outras cidades com populações acima de 100 mil habitantes, salientando-se ainda que, nas cidades de médio e grande portes, a distribuição espacial das escolas representa um empecilho adicional ao acesso dos estudantes ao ensino não militarizado.



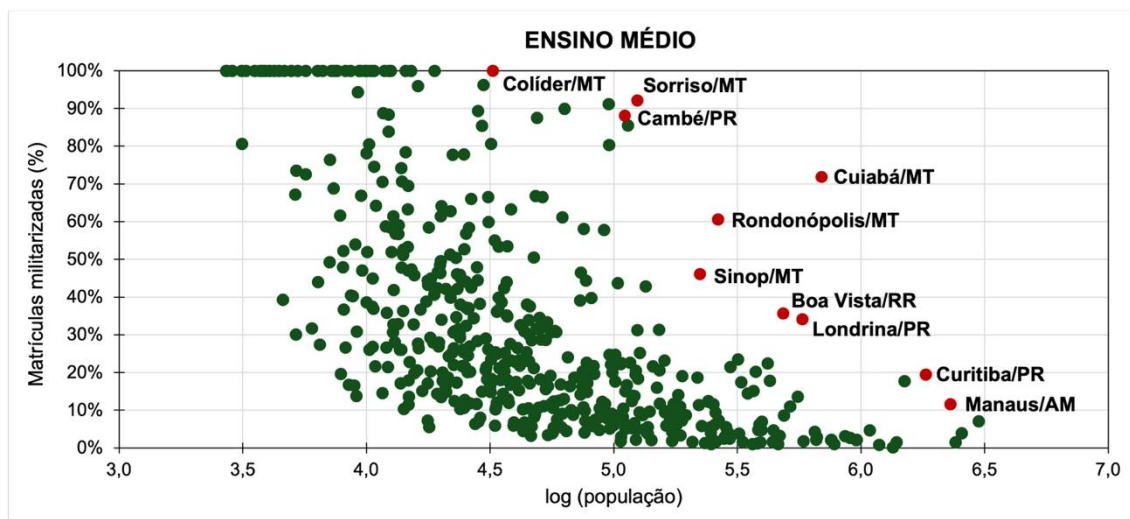


Figura 2. Taxas de militarização de matrículas públicas (%) *versus* população (escala logarítmica) em 2026, por etapa/ciclo da educação básica.

Fonte: Base de dados construída na pesquisa (ref. 30 mar. 2026) e Censo Escolar 2025 (Inep)

Já nos municípios com população inferior a 20 mil habitantes, a Figura 3 aponta para taxas de militarização de matrículas públicas extremamente elevadas inclusive nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (crianças de 6 a 11 anos), situação agravada nos estados com um grande número de programas de militarização ativos nas redes municipais e altas taxas de municipalização deste ciclo, como Goiás e Paraná (Figura 1).

Assim, a pesquisa traz evidências contundentes da falácia da escolha escolar, e coloca aos órgãos de controle a necessidade de fiscalizar a expansão dos modelos de militarização de escolas públicas que violam, para além do princípio da gestão democrática e das liberdades docentes e discentes, a fruição do direito social à educação nas redes públicas pode meio do acesso a uma escola não militarizada.

REFERÊNCIAS

Alves, M. F.; Santos, C. A.; Bordin, M. Militarização da educação e da escola no âmbito da hipermilitarização do Estado brasileiro. **Retratos da Escola**, v. 17, n. 37, p. 41-60, 2023.

Carnoy, M. School choice? Or is it privatization? **Educational Researcher**, v. 29, n. 7, p. 15-20, 1993.

Cássio, F. A militarização aprofunda desigualdades escolares no Brasil. In: Lopes, B.; Matias, M. (org.). **Educar com liberdade, não com o medo**: argumentos contra a militarização da educação. São Paulo: Ação Educativa, 2025. p. 17-26.

Giroto, E. D.; Cássio, F. A desigualdade é a meta: implicações Socioespaciais do Programa Ensino Integral na cidade de São Paulo, **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 109, 2018.

Lubienski, C. School choice and privatization in education: an alternative analytical framework. **Journal for Critical Education Policy Studies**, v. 4, n. 1, p. 244-293, 2006.

Santos, C. A. “Sentido, descansar, em forma”: escola-quartel e a formação para a barbárie. **Educação & Sociedade**, v. 42, e244370, 2021.